

## **Demonstrações financeiras**

**TCP – Terminal de Contêineres  
de Paranaguá S.A.**

31 de dezembro de 2017 com relatório do auditor  
independente sobre as demonstrações financeiras

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

### Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

### Índice

Relatório da administração.....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	3
Balço patrimonial.....	8
Demonstração dos resultados .....	9
Demonstração dos resultados abrangentes .....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	11
Demonstração dos fluxos de caixa .....	11
Demonstração do valor adicionado.....	13
1. Contexto operacional .....	14
2. Políticas contábeis .....	14
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas .....	24
4. Caixa e equivalentes de caixa .....	25
5. Contas a receber.....	25
6. Impostos a recuperar.....	26
7. Imposto de renda e contribuição social .....	27
8. Imobilizado .....	28
9. Intangível .....	29
10. Partes relacionadas .....	30
11. Empréstimos e financiamentos .....	31
12. Debêntures .....	31
13. Contrato de concessão .....	33
14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.....	35
15. Outras obrigações.....	36
16. Impostos e contribuições a recolher .....	36
17. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV.....	37
18. Patrimônio Líquido .....	37
19. Instrumentos financeiros e riscos de mercado .....	38
20. Lucro (prejuízo) por ação.....	42
21. Receita operacional líquida .....	42
22. Despesas operacionais por natureza.....	43
23. Resultado financeiro.....	43
24. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas .....	44
25. Seguros .....	44
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras .....	45
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes .....	46



## Relatório da Administração 2017

Paranaguá, 15 de fevereiro de 2018.

Senhores Acionistas,

A administração da TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A (“Companhia”) em conformidade com as disposições estatutárias e legais submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2017, acompanhadas do relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, que foi devidamente conferido e aprovado por esta Diretoria.

O ano de 2017 foi marcado pela saída do Brasil da recessão econômica, pelo retorno do crescimento da economia, ainda que lentamente. A aprovação da reforma trabalhista e a inflação controlada apresentam um cenário de queda contínuo no desemprego e expectativa positiva para o PIB brasileiro.

Em 2017 a Companhia passou a oferecer aos seus clientes o Depot Express, um espaço sob medida, localizada na retro área do Porto de Paranaguá, com o objetivo de otimizar a cadeia logística, oferecendo eficiência operacional e redução de custos para os usuários. O Depot Express tem capacidade operacional de movimentar 3.500 contêineres refrigerados (reefer) por mês.

No aspecto operacional, a TCP movimentou 788.783 TEUS (Twenty-foot equivalent unit) em 2017, um aumento de 4% em relação a 2016. Os destaques positivos ficaram por conta da movimentação de cheios, com a importação crescendo 14% e a exportação crescendo 2% em relação a 2016. O resultado da importação foi reflexo da recuperação da economia nos setores automotivo, bens de consumo e de capital.

Em relação às demonstrações financeiras do exercício de 2017, destacamos a Receita Líquida de R\$ 556,7 milhões, valor 19,2% maior que no mesmo período do ano anterior, quando a Receita Líquida foi de R\$ 466,9 milhões.

Outro indicador de destaque no ano 2017 foi o crescimento do EBITDA Ajustado da Companhia que teve um crescimento de 17,6%, chegando ao valor de R\$ 320,3 milhões, contra R\$ 272,4 milhões do ano anterior.

Os gestores da Companhia estão atentos aos custos envolvidos na operação, sempre buscando as melhores oportunidades para obter o melhor resultado, sendo que os custos e despesas operacionais líquidas no ano de 2017 totalizaram R\$ 324,3 milhões, contra R\$ 317,2 milhões no exercício de 2016. O aumento dos custos e despesas da Companhia está diretamente ligado ao aumento do volume seja com aumento de mão de obra ou na utilização dos equipamentos. Outro efeito destacado pelos gestores da Companhia está na alteração da regra de depreciação dos ativos que sofreu um ajuste a partir de laudo de vida útil dos ativos e aumento do prazo de concessão até 2018, conforme nota 8 da demonstração financeira.

Em 2017 tivemos variações positivas e negativas do IGP-M Índice Geral de Preços de Mercado o qual é utilizado no cálculo de atualização do contrato de concessão da companhia, com isso, no decorrer do exercício foram gerados receitas nas variações mensais do contrato de concessão de R\$ 60.787 e despesas de (R\$ 50.838). O IGP-M acumulado em 2017 fechou negativo em (0,51%).

O resultado líquido em 2017 foi de R\$ 78,4 milhões, contra R\$ 8,3 milhões negativo no ano de 2016, sendo que o resultado financeiro líquido no exercício foi de R\$ 114,7 milhões, contra R\$ 183,5 milhões no exercício de 2016.

Os investimentos do período somaram R\$ 183,0 milhões, contra R\$ 122,9 milhões no exercício de 2016, sendo o maior investimento feito pela Companhia a mobilização para a obra de expansão através de aquisição de materiais.

A dívida bruta totalizou em 2017 R\$ 1.152,5 milhões, contra R\$ 1.318,4 milhões em 2016. A posição de caixa da Companhia no exercício foi a R\$ 406,5 milhões contra R\$ 613,2 milhões, no exercício de 2016.

Ainda sobre o aspecto operacional destacamos o MPH (Movimento por Hora Navio) médio que foi de 86 em 2017 um crescimento de 6% em relação ao ano de 2016. No último trimestre de 2017 a TCP registrou MPH médio de 99, alcançando os ganhos esperados após a implantação do novo sistema operacional.

Atenciosamente,

**Luiz Antonio Rodrigues Alves**  
**Diretor Presidente**

**Alexandre Rubio Teixeira Pinto**  
**Diretor Financeiro e Relação com Investidores**

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**  
Paranaguá - PR

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **Reconhecimento de receita**

Mensalmente a Companhia realiza o reconhecimento da receita referente aos serviços prestados e não faturados por meio de lançamento de provisão dentro do mês de competência.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à magnitude dos montantes envolvidos e o grau de julgamento da Administração na estimativa da receita não faturada mensal, que pode acarretar no reconhecimento de receita em período incorreto e/ou de receita inexistente e, portanto, apresenta um risco de distorção relevante às demonstrações financeiras.

### **Como a auditoria conduziu este assunto**

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o recálculo das estimativas de faturamento que resultam nos saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras, testes de lançamentos não rotineiros efetuados nas contas de receita, além de inspeção de documentação para uma amostra de vendas registradas durante o exercício.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receitas no exercício, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela Administração para o registro das receitas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.3 e 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Como resultado de suas atividades operacionais, a Companhia é parte em diversos processos tributários, cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível e nenhuma provisão foi constituída, no montante de R\$ 162.183 mil em 31 de dezembro de 2017.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido para a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente tributário no Brasil.

## **Como a auditoria conduziu este assunto**

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração. Envolvermos especialistas tributários, quando necessário, para auxiliar na interpretação e avaliação de riscos de causas mais subjetivas e efetuamos reuniões periódicas com a Administração e com os seus especialistas para discutir a evolução dos principais processos judiciais em andamento. Com base nos procedimentos de auditoria identificados, identificamos ajuste não registrado pela Companhia em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

As deficiências no desenho dos controles internos relativos ao registro da provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis que resultaram no ajuste identificado pela auditoria acima mencionado não alteraram nossa avaliação quanto a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências de auditoria suficientes e adequadas referentes à rubrica de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, em função de nossa estratégia de auditoria ter sido a de aplicar procedimentos extensivos de auditoria, considerando a relevância dos valores e grau de julgamento envolvido. Com base nos procedimentos de auditoria executados e nos resultados obtidos, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração e as divulgações, contidas na nota explicativa 14, como apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

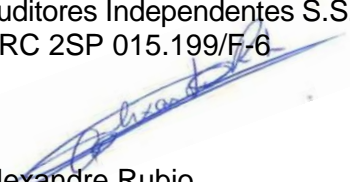
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP 015.199/F-6



Alexandre Rubio  
Contador CRC 1SP223361/O-2



## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

### Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro por ações, expresso em Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	21	556.737	466.905
Custo dos serviços prestados	22	(268.123)	(274.068)
Lucro bruto		288.614	192.837
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	22	(965)	(999)
Despesas gerais e administrativas	22	(55.295)	(42.171)
Outras, líquidas	24	(1.022)	20.169
Total das despesas operacionais, líquidas		(57.282)	(23.001)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		231.332	169.836
Resultado financeiro	23	(114.698)	(183.472)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		116.634	(13.636)
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(32.604)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	(5.648)	5.303
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		78.382	(8.333)
Lucro (prejuízo) líquido, básico e diluído, por ação – R\$	20	9,66	(1,03)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

---

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<b>78.382</b>	(8.333)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	<b><u>78.382</u></b>	<b><u>(8.333)</u></b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 de 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de lucros						Total
		Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Outras reservas	Lucros retidos	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2015		107.405	(1)	11.638	8.246	5.001	-	132.289
Aumento de capital		1.974	1	-	-	(1.975)	-	-
Dividendos distribuídos – exercício anterior		-	-	-	-	(3.026)	-	(3.026)
Prejuízo do exercício	18	-	-	-	-	-	(8.333)	(8.333)
Absorção do prejuízo do exercício	18	-	-	(8.333)	-	-	8.333	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		109.379	-	3.305	8.246	-	-	120.930
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	-	<b>78.382</b>	<b>78.382</b>
Dividendo mínimo proposto	18	-	-	-	-	-	<b>(18.616)</b>	<b>(18.616)</b>
Contituição de reserva legal	18	-	-	<b>3.919</b>	-	-	<b>(3.919)</b>	-
Lucros retidos		-	-	-	-	<b>55.847</b>	<b>(55.847)</b>	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>109.379</b>	-	<b>7.224</b>	<b>8.246</b>	<b>55.847</b>	-	<b>180.696</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	78.382	(8.333)
Depreciações	32.470	59.815
Amortizações	76.155	66.211
Baixas líquidas de imobilizado	1.875	757
Provisão juros sobre empréstimos	72.456	110.509
Provisão juros debêntures	67.282	10.684
Amortização custo debêntures	7.559	1.260
Provisão juros contrato de concessão	(6.447)	82.554
Reversão de provisão crédito liquidação duvidosa	(2.425)	(2.112)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	103	(1.168)
Imposto de renda diferido	5.648	(5.303)
	<u>333.058</u>	<u>314.604</u>
Variação nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:		
Redução dos investimentos em aplicações financeiras	-	5.685
Aumento das contas a receber de clientes	(3.764)	(5.638)
Redução (aumento) dos estoques	232	(148)
Aumento de outros créditos	(3.646)	(1.459)
Aumento de partes relacionadas	(1.746)	(1.275)
Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes	3.521	(6.608)
Redução de fornecedores	(9.527)	(5.615)
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	32.392	(2.023)
Impostos pagos	(30.132)	(4.961)
Aumento de outros passivos circulantes e não circulantes	14.962	170
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	<u>335.350</u>	<u>293.002</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:</b>		
Adições do intangível	(15.317)	(25.298)
Adições do imobilizado	(167.677)	(97.615)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos	<u>(182.994)</u>	<u>(122.913)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:</b>		
Captação de empréstimos circulantes e não circulantes	-	74.100
Pagamentos de empréstimos (principal)	(177.491)	(65.316)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	(81.686)	(109.600)
Pagamentos de juros sobre debêntures	(54.005)	-
Pagamentos contrato de concessão	(40.038)	(36.289)
Pagamentos contrato concessão reajuste retroativo	(5.786)	-
Dividendos pagos	-	(3.026)
Debêntures	-	588.142
Custo captação debêntures	-	(42.333)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	<u>(359.006)</u>	<u>405.678</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(206.650)</u>	<u>575.767</u>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:</b>		
No início do exercício	613.153	37.386
No final do exercício	406.503	613.153
	<u>(206.650)</u>	<u>575.767</u>
Itens que não afetam caixa		
Imobilizado	19.109	1.099
Intangível	2.498	7.663

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Receitas</b>	<b>611.052</b>	519.938
Venda de mercadorias, produtos e serviços	<b>449.723</b>	407.210
Outras receitas	<b>158.904</b>	110.616
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	<b>2.425</b>	2.112
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(145.226)</b>	(138.532)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	<b>(61.288)</b>	(58.031)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<b>(81.529)</b>	(69.823)
Outras	<b>(2.409)</b>	(10.678)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>465.826</b>	381.406
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(108.625)</b>	(126.026)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>357.201</b>	255.380
<b>Valor adicionado recebido em transferências</b>	<b>109.101</b>	50.784
Receitas financeiras	<b>110.123</b>	30.615
Outras	<b>(1.022)</b>	20.169
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>466.302</b>	306.164
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>466.302</b>	306.164
<b>Pessoal</b>	<b>75.227</b>	65.361
Remuneração direta	<b>50.869</b>	46.899
Benefícios	<b>21.182</b>	15.672
F.G.T.S.	<b>3.176</b>	2.790
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>87.872</b>	35.049
Federais	<b>68.381</b>	18.601
Estaduais	<b>139</b>	109
Municipais	<b>19.352</b>	16.339
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>224.821</b>	214.087
Juros	<b>197.178</b>	202.992
Variações cambiais	<b>547</b>	3.623
Outras	<b>27.096</b>	7.472
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>78.382</b>	(8.333)
Dividendos	-	-
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	<b>78.382</b>	(8.333)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

---

### **1. Contexto operacional**

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (a “Companhia” ou “TCP”) está localizado na Av. Portuária, S/N, Paranaguá, Estado do Paraná e tem por objeto a exploração, sob o regime de concessão, de instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato de concessão.

O contrato de arrendamento do terminal do Porto de Paranaguá, possui prazo de arrendamento definido. Em 13 de abril de 2016 a empresa celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048. Este contrato pode ser interrompido pelo poder concedente (Appa) somente mediante a quebra nas movimentações anuais previstas no contrato. A Companhia cumpriu com as condições contratuais durante os exercícios findos em 2017 e 2016.

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 3 de setembro de 2017, a controladora TCP Participações S.A. recebeu da Kong Rise Development Limited (“Compradora”) comunicação acerca da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre a Compradora e o Fundo de Investimento em Participações – Brasil de Private Equity Multiestratégia, Fundo de Investimento em Participações – Brasil de Private Equity II Multiestratégia, Fundo de Investimento em Participações – Brasil de Private Equity III Multiestratégia, Soifer Participações Societárias S.A., Pattac Empreendimentos e Participações S.A., Tuc Participações Portuárias S.A., Galigrain, S.A. e Grup Maritim TCB, S.L. (“Acionistas Vendedores”), por meio do qual a Compradora concorda em adquirir e os Acionistas Vendedores concordam em vender 90% (noventa por cento) das ações emitidas pela TCP Participações S.A. (“TCP Participações”), o único acionista da Companhia, pós-diluição decorrente do exercício do plano de opção de compra de ações da TCP Participações, sujeito a satisfação de determinadas condições precedentes.

A implementação da Operação está sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes, as quais são comuns em operações semelhantes, incluindo a aprovação por determinados credores, autoridades regulatórias e de antitruste brasileiras.

### **2. Políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; impostos; e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 15 de fevereiro de 2018.



## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

---

### **2.1 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

### **2.2 Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

#### **Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

### **2.3 Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

#### *Prestação de serviços*

A receita de serviços é reconhecida com base na movimentação dos contêineres, armazenagem, monitoramento de contêineres e outros serviços logísticos acessórios. A movimentação de contêineres refere-se a carga e descarga de navios e o reconhecimento desta receita ocorre quando da conclusão da operação de cada navio. A receita com os serviços de armazenagem refere-se ao período em que o contêiner permanece no pátio do terminal, sendo reconhecida sua receita quando do embarque no navio, tratando-se de exportação e quando da retirada pelo cliente do terminal quando tratar-se de importação. O serviço de monitoramento é registrado como receita quando da entrega do contêiner ao cliente ou embarcado no navio. Quando o resultado da movimentação de contêineres não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

#### *Provisões de receitas*

As provisões de receitas são registradas ao final de cada encerramento mensal, considerando o status de cada serviço prestado, para as quais será gerado documento fiscal pertinente no mês subsequente. Para os serviços prestados parcialmente, considera-se a porcentagem de conclusão dos mesmos até o encerramento do mês para o registro do valor.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

---

### *Receita de juros*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

## **2.4 Impostos**

### *Imposto de renda e contribuição social – corrente*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

### *Impostos diferidos*

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### *Imposto sobre vendas*

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando:

- Os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

---

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Programa de Integração Social - PIS: 1,65%

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: 4% sobre Serviços de Armazenagem e 3% sobre os demais serviços de Operação Portuária

INSS sobre receita – 1,5%

### **2.5 Instrumentos financeiros**

#### ***Ativos financeiros***

##### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, outros empréstimos e recebíveis.

Os ativos financeiros da companhia são classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

##### *Mensuração subsequente*

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### ***Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado-***

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

---

### ***Empréstimos e recebíveis***

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Depósitos judiciais, contas a receber de partes relacionadas e contas a receber são classificados nesta categoria. Adicionalmente, A Companhia possui investimentos classificados como caixa e equivalentes de caixa inclusos nesta categoria.

### ***Redução do valor recuperável de ativos financeiros***

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

### ***Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros***

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido.

### ***Passivos financeiros***

#### ***Reconhecimento inicial e mensuração***

Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. Estão aqui classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e tributos parcelados.

#### ***Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros***

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

---

### **2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais e monetários são atualizados até a data do balanço, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

### **2.7 Imobilizado**

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

### **2.8 Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

---

### **2.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não houve a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos não financeiros.

### **2.10 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### **2.11 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins sendo representados por valores depositados em conta corrente e caixa. A Companhia também considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

---

### **2.12 Provisões**

#### **Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **2.13 Informações por segmento**

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão e para a tomada de decisões.

### **2.14 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras, por ser uma demonstração prevista e obrigatória para Companhias listadas no Brasil.

### **2.15 Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017**

#### **IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Equivalente ao CPC 38)**

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

---

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas a Companhia em 2018, quando a mesma passará a adotar a IFRS 9. A Companhia não identificou nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

### (a) Classificação e mensuração

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9.

### (b) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. A Companhia não espera impactos significativos de redução ao valor recuperável.

## **CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contratos com Clientes**

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes.

De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia adotará a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.

### (a) Prestação de serviços

A Companhia está envolvida na exploração, sob o regime de concessão, de instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato de concessão.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de vendas individuais. Os preços de venda individuais são determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para as transações de venda de cada serviço separadamente.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviço individuais são amplamente similares. Portanto, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.



## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

---

### (b) Exigências de apresentação e divulgação

As exigências de apresentação e divulgação na IFRS 15 são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor. As exigências de apresentação representam uma mudança significativa com relação à prática em vigor e aumentam significativamente o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia avaliou os impactos e nenhuma nova exigência terá impacto significativo.

### (c) Transição

A Companhia planeja adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

### **CPC 06 R2(IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil**

A IFRS 16 (Equivalente ao CPC 06 R2, atualizado em 21/12/2017) foi emitida em janeiro de 2016 e substituiu a IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 - Arrendamentos operacionais - Incentivos e SIC-27 - Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento.

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendatário com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendatários continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 – CPC 06 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

---

As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções. Não são esperados impactos significativos na adoção do IFRS 16 – CPC 06, mas a Companhia ainda avalia a adoção da norma.

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### **Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

#### **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

##### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

##### *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	2.591	13.008
Aplicações financeiras		
Banco Santander	112.116	34.644
Banco Votorantim	-	65.976
Banco ABC S/A	45.071	46.888
Banco Bradesco	23.369	267
Banco BTG	55.068	50.775
Banco Paraná	27.439	25.392
Caixa Econômica Federal	135.791	372.507
Banco Itaú BBA	-	3.696
Banco CCB	5.058	-
	<u>406.503</u>	<u>613.153</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósito bancário e compromissadas de renda fixa, remunerados a taxas que variam de 97% a 104,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A Companhia possui uma conta corrente em moeda estrangeira junto ao Banco Itaú – BBA Nassau no valor de R\$ 163 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 10.612 em 31 de dezembro de 2016). A finalidade desta conta é o pagamento de importações de maquinários do exterior. Não existem saldos com restrições de caixa.

## 5. Contas a receber

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Clientes	38.683	38.481
Serviços prestados e não faturados	20.224	16.663
Outros	49	48
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.762)	(4.187)
	<u>57.194</u>	<u>51.005</u>
Circulante	51.560	45.371
Não circulante	5.634	5.634

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 31 de dezembro de 2017 os 5 principais clientes representam em torno de 42% (42% em 31 de dezembro de 2016) do total da carteira. Os saldos referentes a contas a receber não circulante possuem processos judiciais nos quais garantias foram ajuizadas em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	42.552	36.695
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	6.622	5.238
De 31 a 90 dias	1.027	3.832
De 91 a 180 dias	1.300	2.186
Acima de 180 dias	7.455	7.241
<b>Total</b>	<b><u>58.956</u></b>	<b><u>55.192</u></b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 180 dias, conforme base histórica de perda, além das demais provisões de clientes pontuais, os quais totalizavam R\$ 1.762 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 4.187 em 31 de dezembro de 2016).

Clientes vencidos que estão no ativo não circulante R\$ 5.634 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 5.634 em 2016), estão em fase de cobrança judicial e estão demonstrados conforme tabela abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Clientes em cobrança judicial	5.634	5.634
Total	<b><u>5.634</u></b>	<b><u>5.634</u></b>

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	(4.187)	(6.299)
Constituição de provisão	(1.707)	(2.908)
Reversão de provisão	4.132	5.020
Saldo no final do exercício	<b><u>(1.762)</u></b>	<b><u>(4.187)</u></b>

## 6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão IR s/aplicações	4.302	3.665
INSS a recuperar	1.850	1.819
ISS a recuperar	1.734	1.734
IRRF a recuperar s/resgate aplicações financeiras	215	1.634
Fundaf a recuperar <sup>(1)</sup>	-	1.710
Pis a compensar	-	321
Outros impostos a recuperar	57	5
Saldo no final do exercício	<b><u>8.158</u></b>	<b><u>10.888</u></b>

<sup>(1)</sup> Em 2016 a Companhia reconheceu crédito do Fundaf – Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização no valor de R\$ 1.710, decorrente de direito obtido em ação judicial com trânsito em julgado em 14/10/2016. Durante os três primeiros meses de 2017 a Companhia reconheceu, ainda, o crédito do Fundaf no valor de R\$4.615, decorrente de ação ajuizada pela ABTP – Associação Brasileira de Terminais Portuários, através da qual foi reconhecido o direito das associadas da ABTP em 11/01/2017, mediante a renúncia pela Fazenda Pública ao direito de recorrer, com posterior trânsito em julgado certificado em 30/03/2017. No exercício findo em 2017 a Companhia utilizou integralmente os créditos referente ao Fundaf. O montante foi registrado no resultado na rubrica de outras receitas.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

### 7. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e Acionistas, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos sobre as diferenças temporárias (basicamente provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e provisão para créditos de clientes de liquidação duvidosa). Adicionalmente, a Companhia constitui imposto de renda diferido passivo sobre diferenças temporárias, como amortização fiscal do ágio e juros capitalizados sobre as obras em andamento. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<i>Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas</i>	<b>5.633</b>	5.529
<i>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</i>	<b>1.762</b>	4.187
<i>Outras diferenças temporárias</i>	<b>3.630</b>	806
<i>Prejuízo fiscal</i>	<b>31.321</b>	52.586
	<b>42.346</b>	63.108
<i>Alíquota</i>	<b>34%</b>	34%
Total Imposto diferido ativo	<b>14.398</b>	21.457
<i>Amortização do ágio</i>	<b>(159.911)</b>	(164.819)
<i>Juros capitalizados</i>	<b>(16.306)</b>	(14.595)
<i>Custo de captação de empréstimo</i>	<b>(4.469)</b>	(5.425)
	<b>(180.686)</b>	(184.839)
<i>Alíquota</i>	<b>34%</b>	34%
Total imposto diferido passivo	<b>(61.433)</b>	(62.845)
Total líquido	<b>(47.036)</b>	(41.389)

#### b) Impostos de renda e contribuição social – alíquota efetiva

	<b>31/12/2017</b>		<b>31/12/2016</b>	
	<b>Imposto de renda</b>	<b>Contribuição social</b>	<b>Imposto de renda</b>	<b>Contribuição social</b>
Resultado antes dos impostos	<b>116.634</b>	<b>116.634</b>	(13.636)	(13.636)
Alíquotas	<b>25%</b>	<b>9%</b>	25%	9%
Tributos	<b>(29.159)</b>	<b>(10.497)</b>	3.409	1.227
Adições permanentes	<b>(119)</b>	<b>(43)</b>	490	177
Diferença de alíquota	<b>12</b>	<b>-</b>	-	-
Outros	<b>1.133</b>	<b>421</b>	-	-
Total de tributos lançados ao resultado	<b>(28.133)</b>	<b>(10.119)</b>	3.899	1.404
Alíquota efetiva	<b>24%</b>	<b>9%</b>	25%	9%
Tributos correntes	<b>(23.980)</b>	<b>(8.624)</b>	-	-
Tributos diferidos	<b>(4.153)</b>	<b>(1.495)</b>	3.899	1.404

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

### 8. Imobilizado

As movimentações do ativo imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram como segue:

Vida útil	25 anos	5 a 15 anos	10 anos	5 anos	5 a 10 anos	5 a 15 anos		
Custo	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/15	443.751	360.374	3.819	13.379	3.521	18.441	46.977	890.262
Aquisições	25.674	19.747	441	3.842	921	2.416	45.673	98.714
Baixas	-	(748)	-	-	(664)	-	-	(1.412)
Transferências	37.287	2.769	-	595	-	-	(40.651)	-
Saldo em 31/12/16	506.712	382.142	4.260	17.816	3.778	20.857	51.999	987.564
<b>Aquisições</b>	<b>3.449</b>	<b>8.188</b>	<b>189</b>	<b>1.264</b>	<b>1.446</b>	<b>644</b>	<b>171.606</b>	<b>186.786</b>
<b>Baixas</b>	<b>-</b>	<b>(2.563)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.193)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.756)</b>
<b>-Transferências</b>	<b>-</b>	<b>750</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(750)</b>	<b>-</b>
<b>Saldo em 31/12/17</b>	<b>510.161</b>	<b>388.517</b>	<b>4.449</b>	<b>19.080</b>	<b>4.031</b>	<b>21.501</b>	<b>222.855</b>	<b>1.170.594</b>
Depreciação	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/15	(107.074)	(133.266)	(1.706)	(5.452)	(1.394)	(12)	-	(248.904)
Depreciação	(15.553)	(41.135)	(324)	(2.162)	(637)	(4)	-	(59.815)
Baixas	-	273	-	-	382	-	-	655
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/16	(122.627)	(174.128)	(2.030)	(7.614)	(1.649)	(16)	-	(308.064)
<b>Depreciação</b>	<b>(10.403)</b>	<b>(18.508)</b>	<b>(335)</b>	<b>(2.562)</b>	<b>(658)</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>(32.470)</b>
<b>Baixas</b>	<b>-</b>	<b>1.318</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>563</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.881</b>
<b>Transferências</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Saldo em 31/12/17</b>	<b>(133.030)</b>	<b>(191.318)</b>	<b>(2.365)</b>	<b>(10.176)</b>	<b>(1.744)</b>	<b>(20)</b>	<b>-</b>	<b>(338.653)</b>
<b>Saldo em 31/12/17</b>	<b>377.131</b>	<b>197.199</b>	<b>2.084</b>	<b>8.904</b>	<b>2.287</b>	<b>21.481</b>	<b>222.855</b>	<b>831.941</b>
Saldo em 31/12/16	384.085	208.014	2.230	10.202	2.129	20.841	51.999	679.500

A partir do exercício de 2017 a Companhia, amparada por laudo de avaliação de vida útil do seu ativo imobilizado, alterou as taxas de depreciação das edificações e instalações e equipamentos conforme taxas abaixo levando em conta a vida útil de seus ativos e o prazo de concessão atual que é até o ano de 2048. O efeito no exercício de 2017 gerou uma redução média na despesa com depreciação de R\$ 20.748.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Taxa média anual - %
Edificações e instalações	2,34%
Equipamentos	2,85%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram capitalizados juros sobre empréstimos no montante de R\$ 1.802 (R\$ 10.684 em 2016) os quais são oriundos do imobilizado em andamento além das obras de expansão do cais para cumprir o contrato de renovação da concessão.

As vidas úteis dos bens levam em consideração a data final do período de concessão e a vida útil do bem, sempre utilizando das duas a menor. No período e no exercício apresentado, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

## 9. Intangível

Vida útil	5 anos	5 anos	25 anos	22 anos		
	Gastos com software	Estudos, projetos e detalhes	Contrato concessão	Ágio	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2015	21.753	23.021	657.773	159.503	-	862.050
Aquisições	11.644	21.317	1.454.638	-	-	1.487.599
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2016	33.397	44.338	2.112.411	159.503	-	2.349.649
<b>Aquisições</b>	<b>17.815</b>	-	-	-	-	<b>17.815</b>
<b>Transferências</b>	<b>38.351</b>	<b>(38.351)</b>	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/17</b>	<b>89.563</b>	<b>5.987</b>	<b>2.112.411</b>	<b>159.503</b>	-	<b>2.367.464</b>
Amortização	Gastos com software	Estudos, projetos e detalhes	Contrato concessão	Ágio	Outros	Total
Saldo em 31/12/2015	(7.937)	(3.613)	(289.682)	-	-	(301.232)
Amortização	(7.889)	(998)	(53.643)	(3.681)	-	(66.211)
Saldo em 31/12/2016	(15.826)	(4.611)	(343.325)	(3.681)	-	(367.443)
<b>Amortização</b>	<b>(15.309)</b>	<b>(219)</b>	<b>(55.719)</b>	<b>(4.908)</b>	-	<b>(76.155)</b>
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>(31.135)</b>	<b>(4.830)</b>	<b>(399.044)</b>	<b>(8.589)</b>	-	<b>(443.598)</b>
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>58.428</b>	<b>1.157</b>	<b>1.713.367</b>	<b>150.914</b>	-	<b>1.923.866</b>
Saldo em 31/12/2016	17.571	39.727	1.769.086	155.822	-	1.982.206

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Os gastos com softwares são amortizados em 5 anos. Os ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão (incluindo o Ágio), quando aplicável são amortizados com base no prazo da concessão.

O valor do ágio representa o valor da mais valia oriundo de aquisição devido à reestruturação societária realizada em 2011, apurado após a alocação do preço de aquisição com base na avaliação dos ativos e passivos avaliados a valor justo efetuado por empresa independente. Nos exercícios apresentados, não foram identificados indicadores de redução dos ativos intangíveis e ajustes para redução dos saldos aos seus valores de recuperação.

### 10. Partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Passivo		Resultado	
	Créditos retidos e Mutuo		Contas a pagar		Serviços de melhoria de software		Prêmio de gestão e serviço de melhoria de software (*)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	(b)	(b)	(b)	(b)	(a)	(a)		
Galigrain S.A.	539	740	(889)	(861)	-	-	-	-
Tuc Participações	654	1.070	(1.078)	(1.074)	-	-	-	-
Soifer Participações	4.555	3.296	(7.511)	(6.880)	-	-	-	-
Pattac	654	1.070	(1.078)	(1.074)	-	-	-	-
Grupo TCB	1.031	691	(1.702)	(23)	(1.776)	(2.057)	(221)	(256)
TCP LOG	4.973	1.728	-	-	-	-	-	-
	<b>12.406</b>	<b>8.595</b>	<b>(12.258)</b>	<b>(9.912)</b>	<b>(1.776)</b>	<b>(2.057)</b>	<b>(221)</b>	<b>(256)</b>
Circulante	4.973	1.728	-	-	(1.776)	(2.057)	-	-
Não circulante	7.433	6.867	(12.258)	(9.912)	-	-	-	-

(\*) Valores contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas.

- O montante devido ao Grupo Maritim TCB S/L – GMTCB (Grupo TCB) é relativo à prestação de serviços de melhorias no software utilizado pelo TCP. O valor incorrido refere-se ao pagamento dos serviços e ressarcimento dos custos incorridos pelo Grupo Maritim TCB S/L – GMTCB na prestação dos serviços acima mencionados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.
- Os montantes dos créditos retidos e de dividendos registrados no longo prazo referem-se às retenções de 50% dos dividendos obrigatórios pagos em 2012 e 2013, previstas no contrato de venda das ações (ocorrido em 2011) as quais tem o objetivo de serem garantias de qualquer evento indenizável que ainda não tenha se materializado (originário anteriormente a 30 de junho de 2011) por prazo indeterminado. Os saldos ativos são mantidos em aplicações financeiras vinculadas e são remunerados a 103,1% do CDI. O valor de R\$ 4.973 em 31 de dezembro de 2017 refere-se a mutuo entre o TCP Terminal e o TCP LOG (R\$ 1.728 em 2016). Sobre os valores do mutuo incidirão à taxa de 100% do CDI, acrescido exponencialmente de spread de 1% ao ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia efetuou pagamento no valor de R\$ 57.892 (R\$ 27.500 em 2016) referente ao contrato de construção civil assinado em 01 de outubro de 2016 sob o regime de Empreitada Global com a empresa Porto Construtora de Obras Ltda, a qual é responsável pelos serviços de engenharia e construção civil, das obras de ampliação do terminal, no valor global de R\$ 554.729.



## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Os demais saldos de ativos e as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com as partes relacionadas, foram realizadas em bases e condições estabelecidas pela Administração.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício, no valor global e anual de até R\$7.447, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 11 do Estatuto Social da Companhia. Foram registradas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, despesas com remuneração dos membros-chaves da Administração no valor de R\$4.876 (R\$4.335 em 2016). Não existem planos de benefícios pós-emprego e remunerações baseadas em ações ou outras participações ou financiamentos aos administradores da Companhia.

### 11. Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros	31/12/2017	31/12/2016
Nota de Crédito à Exportação	CDI +1,15% a 3,00%	545.384	716.930
Finem	TJLP + 1,88%	28.298	43.267
Finame	3,5%	222	428
		<b>573.904</b>	<b>760.625</b>
Passivo circulante		<b>177.690</b>	196.087
Passivo não circulante		<b>396.214</b>	564.538

Os empréstimos foram contratados em moeda nacional. (R\$).

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma.

Ano	Saldo
2019	179.043
2020	201.074
2021	16.097
<b>Total</b>	<b>396.214</b>

Os covenants vinculados aos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

- Dívida Líquida / EBITDA Ajustado: igual ou inferior a 3,5;
- EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada: igual ou superior a 1,2.

Nos exercícios apresentados a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais, incluindo cláusulas de *covenants*, desses empréstimos e financiamentos. Atualmente a Companhia não possui bens dados em garantias de empréstimos e financiamentos, exceto os bens adquiridos pela modalidade Finame.

### 12. Debêntures

Em 15 de julho de 2016 foi aprovado pela Companhia conforme AGE a submissão pela Companhia do pedido de registro de Companhia aberta, como emissor na categoria B, perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM para a captação através da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória. Em 6 de setembro de 2016 conforme AGE foram alteradas determinadas características da 1ª emissão de debêntures aprovada na AGE de 15 de julho de 2016.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

O processo de registro de Companhia Aberta, na categoria B, foi deferido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 27 de outubro de 2016. Este registro teve por objetivo viabilizar a emissão de debêntures para a execução das obras de ampliação do terminal, conforme compromisso assumido na renovação de seu contrato de concessão em abril de 2016, além do alongamento do prazo de pagamento das dívidas atuais de curto prazo da Companhia. A emissão ocorreu em 01 de novembro de 2016, cujo valor total foi de R\$ 588.142 em 3 (três) séries distintas, com prazos de pagamento variáveis para cada série, sendo de 3 anos o menor e 6 anos para o maior prazo de amortização. A remuneração será em 100% do CDI acrescido de 3,40% para as emissões de primeira série, 3,9% para as emissões de segunda série e IPCA + 7,82% para as emissões de terceira série.

<b>Debêntures</b>	<b>Taxa (remuneração)</b>	<b>Taxa efetiva</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Debêntures 1ª série	CDI +3,40%	16,16%a.a.	<b>100.000</b>	100.000
Custo captação			<b>(2.657)</b>	(2.657)
Juros e custos apropriados			<b>16.738</b>	2.624
Juros pagos			<b>(13.568)</b>	-
Debêntures 2ª série	CDI +3,90%	15,74%a.a.	<b>60.095</b>	60.095
Custo captação			<b>(1.800)</b>	(1.800)
Juros e custos apropriados			<b>10.208</b>	1.593
Juros pagos			<b>(8.444)</b>	-
Debêntures 3ª série	IPCA +7,82%	14,66%a.a.	<b>428.047</b>	428.047
Custo captação			<b>(37.876)</b>	(37.875)
Juros e custos apropriados			<b>59.839</b>	7.728
Juros pagos			<b>(31.993)</b>	-
Total Captado			<b>588.142</b>	588.142
Total custo de captação			<b>(42.333)</b>	(42.333)
Total líquido captado			<b>545.809</b>	545.809
Total juros e custos apropriados			<b>86.785</b>	11.944
Juros pagos			<b>(54.005)</b>	-
Saldo líquido atual			<b>578.589</b>	557.753
Passivo circulante			<b>16.403</b>	3.126
Passivo não circulante			<b>562.186</b>	554.627

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma.

<b>Ano</b>	<b>Saldo</b>
2019	<b>110.525</b>
2020	<b>9.962</b>
2021	<b>156.020</b>
2022	<b>285.679</b>
<b>Total</b>	<b>562.186</b>

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

---

Os covenants vinculados as debêntures, medidos com periodicidade trimestral com base nas informações interinas arquivadas na CVM, estão demonstrados a seguir:

**Caixa Mínimo Livre:** igual ou superior a R\$50.000 (cinquenta milhões de reais).

### **Dívida Líquida / EBITDA Ajustado:**

- i) igual ou inferior a 3,5 vezes, durante os trimestres relativos aos exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018;
- ii) igual ou inferior a 3,0 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 31 de março de 2019, inclusive.

### **EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada:**

- i) igual ou superior a 1,50 vezes, durante os trimestres relativos aos exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017;
- ii) igual ou superior a 1,75 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou seja, a partir de 31 de março de 2018; ou
- iii) igual ou superior a 2,00 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 31 de março de 2019, inclusive.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais das debêntures emitidas.

## **13. Contrato de concessão**

### **a) Registro da obrigação**

Em outubro de 1998 o “antigo TCP” (controlada adquirida e posteriormente incorporada pela Companhia) foi ganhador do contrato de arrendamento das Instalações Portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um Terminal de Contêineres destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e serviços auxiliares pelo prazo de 25 anos renovável por mais 25 anos (até 2048).

Conforme o contrato com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (“APPA”), a remuneração pela concessão de exploração do Terminal Portuário de Paranaguá será paga pela Companhia mensalmente durante a vigência do mesmo. A remuneração é composta por uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é baseada na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada anualmente pelo IGP-M. A parte variável é calculada com base nas quantidades mínimas a serem movimentadas.

Conforme cláusula contratual, a Companhia é responsável por movimentar uma quantidade mínima, definida na proposta comercial inclusa no processo licitatório, sob pena de pagar multas que ultrapassam os valores a serem pagos conforme a quantidade mínima movimentada, caso essas quantidades mínimas não sejam efetivamente movimentadas.

Em 13 de abril de 2016 a empresa celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048 e correspondeu a adição de R\$ 1.454.638, com contrapartida no ativo intangível.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

O valor registrado no passivo como “parcelas variáveis” refere-se à movimentação mínima obrigatória a ser executada e paga pela concessão. A Companhia está sujeita ao pagamento mínimo contratual, mesmo que não atinja e execute a movimentação mínima prevista, estando ainda sujeita a multas e demais penalidades previstas em contrato.

Em decorrência da prorrogação antecipada, o TCP fica obrigado a investir, por sua exclusiva conta e risco, no aprimoramento, atualização, ampliação e manutenção dos bens que integram a área concedida, de modo a propiciar o efetivo aumento de produtividade, otimização operacional da área portuária e dos serviços sob sua responsabilidade.

Os bens que integram o arrendamento, para o efeito de aprimoramento, atualização, ampliação, manutenção e substituição, são os veículos operacionais e equipamentos que forem adquiridos ou utilizados na operação do Terminal e as instalações de infraestrutura e superestrutura na área arrendada ao Terminal.

O TCP fica obrigado a realizar obras para a construção de (i) 220 metros de cais, totalizando 1.099 metros no total, (ii) 157,5 mil m<sup>2</sup> de retroárea, totalizando 487 mil m<sup>2</sup> e (iii) construção de *dolphins* perpendiculares ao cais para atracação de navios de veículos. Os investimentos aprovados pela Resolução ANTAQ No. 3.677, de 03 de outubro de 2014, somam R\$ 543.174, em valores de 2014.

Em 7 de novembro de 2017 foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de arrendamento que prorroga o prazo da Cláusula Quinta do Décimo Termo Aditivo de 12 meses para 24 meses da data da LI (Licença de instalação) ocorrida em 24 de novembro de 2018. Há ainda 180 dias de carência adicional ao prazo anterior, sem penalidades, para a conclusão da obra.

A Companhia entende, com base nos estudos dos responsáveis técnicos contratados para execução e supervisão das obras, que o novo prazo acordado no 11o. Aditivo ao Contrato de Arrendamento para realização da ampliação do Terminal, é suficiente para sua conclusão dentro do prazo estabelecido e sem risco de descumprir as cláusulas e termos do Contrato de Arrendamento e seus Aditivos.

Adicionalmente ao montante previsto acima, o TCP deverá investir, de 2024 até o final da vigência contratual, o valor mínimo de R\$ 548.539, para assegurar a atualização e/ou substituição visando capturar ganhos tecnológicos, no mínimo, dos bens que integram a área concedida, e de outros equipamentos, incluindo gastos necessários para reparos, modernizações, substituições e relocalizações de trilhos dos contêineres, que aumentam sua base em cada nova geração ou equipamentos e sistemas alternativos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos dessa obrigação podem ser assim resumidos:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Parcelas fixas	<b>367.294</b>	378.271
Parcelas variáveis (Movimentação mínima obrigatória)	<b>1.381.725</b>	1.423.019
Total	<b>1.749.019</b>	1.801.290
Parcela no circulante	<b>42.921</b>	41.139
Parcela no não circulante	<b>1.706.098</b>	1.760.151

Durante o exercício de 2017 foram pagos, a título de parcela fixa e variável, os montantes de R\$9.189 e R\$30.849 (R\$8.253 e R\$28.036 em 2016) respectivamente, totalizando um desembolso de R\$40.038 (R\$36.289 em 2016). Também foram pagos a APPA no período, o montante R\$ 5.786 referente ao reajuste no arrendamento, o qual que já vinha sendo contabilizado pela Companhia.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação da concessão, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Saldo
2019	35.179
2020	45.268
2021	45.268
2022	45.268
2023	45.268
2024 a 2028	226.342
2029 a 2033	229.556
2034 a 2038	275.991
2039 a 2043	322.190
2044 a 2048	435.768
<b>Total</b>	<b>1.706.098</b>

### b) Intangível

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do intangível relativo à Concessão (vide nota 9) é de R\$1.713.367 sendo R\$2.112.411 de principal e R\$399.044 de amortização acumulada. A despesa de amortização do ativo intangível relativa à concessão, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$55.719 (R\$53.643 em 2016), e encontra-se registrada sob a rubrica custos e serviços prestados, na demonstração do resultado do exercício.

## 14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão como a seguir indicado:

	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Tributárias	6.009	1.281	(9)	7.281
Trabalhistas	4.089	600	(1.769)	2.920
Cíveis	6	-	-	6
	<u>10.104</u>	<u>1.881</u>	<u>(1.778)</u>	<u>10.207</u>

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face, a processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais e trabalhistas, com expectativa de perda provável, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos, inclusive com possibilidade de realização mais de doze meses sendo transferido o seu saldo do curto para o longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém, ainda, outros processos em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 162.183 (R\$ 57.309 em 31 de dezembro de 2016), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. Os saldos estão apresentados abaixo, por natureza.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Tributárias	<b>141.099</b>	27.231
Trabalhistas	<b>10.314</b>	14.940
Cíveis	<b>9.850</b>	11.075
<b>Outras</b>	<b>920</b>	4.063
	<b>162.183</b>	57.309

No exercício de 2017 houve um aumento das provisões possíveis em decorrência do recebimento do auto de infração nº. 10980.720341/2017-19, no valor de R\$ 107.164, para cobrança de suposto crédito tributário de IRPJ e CSLL, referentes ao ano-calendário 2012 a 2014, em virtude da glosa dos valores relacionados a despesas do Contrato de Concessão e glosa do aproveitamento fiscal do ágio de rentabilidade futura referente ao investimento efetuado em 2011 para a aquisição de 50,00% (cinquenta por cento) das ações da Companhia.

A Companhia possui um instrumento particular de ressarcimento de perdas ocorridas por contingências se originadas em data anterior a 06 de julho de 2011, com previsão de retenção de dividendos, junto aos antigos acionistas, como descrito na Nota 10.

Em algumas causas em que a Companhia está discutindo judicialmente são efetuados depósitos judiciais conforme requeridos pelos respectivos processos.

Os depósitos judiciais estão registrados como a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhista	9.621	<b>2.703</b>	<b>(3.494)</b>	<b>8.830</b>
Cível e Tributário	1.601	-	-	<b>1.601</b>
	<u>11.222</u>	<b>2.703</b>	<b>(3.494)</b>	<b>10.431</b>

### 15. Outras obrigações

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Adiantamentos de clientes	<b>1.154</b>	2.126
Provisão de bônus	<b>7.907</b>	5.327
Provisão de férias e 13º	<b>3.820</b>	3.493
Outras obrigações trabalhistas	<b>4.438</b>	3.444
Outras obrigações	<b>6</b>	206
Seguro recebido*	<b>12.234</b>	-
	<b>29.559</b>	14.596

\* Refere-se ao seguro recebido refere-se à verba remanescente de desmontagem a incorrer dos Porteineres avariados no acidente ocorrido em dezembro de 2016. (Houve uma tempestade em Paranaguá a qual fez com que 3 Porteineres descarrilhassem dos trilhos). O total pleiteado pela Companhia junto a seguradora é de USD 10.000.

### 16. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Contribuição social	<b>652</b>	-
ISS	<b>1.631</b>	1.450
INSS s/Faturamento	<b>384</b>	403
PIS e COFINS	<b>1.496</b>	911
Outros impostos a recolher	<b>2.993</b>	253
	<b>7.156</b>	3.017

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

### 17. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV

Amparada na Lei N.º11.941 de 27 de maio de 2009, a Administração protocolou, em novembro de 2009, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV. A adesão consolidou débitos de PIS e COFINS no montante principal de R\$15.952 dos exercícios de 2002 a 2004, devido a pagamentos com créditos glosados pelo Fisco.

Na esfera judicial, a Companhia pleiteia a validação de tais créditos os quais foram utilizados para compensação dos débitos de PIS e COFINS incluídos no REFIS IV, conforme contestação apresentada por seus consultores legais de que o êxito neste pleito é mais que provável.

A Companhia encontra-se em cumprimento sobre as exigências de manutenção no REFIS.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as dívidas relativas ao REFIS consolidando multas e juros reduzidos, perfazem os seguintes montantes:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo circulante	1.878	1.878
Passivo não circulante	10.956	12.835
	<u>12.834</u>	<u>14.713</u>

A movimentação dos saldos do REFIS é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Amortizações</u>	<u>31/12/2017</u>
REFIS	14.713	1.489	(3.368)	12.834

### 18. Patrimônio Líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social autorizado é de R\$109.380 (R\$ 109.380 em 31 de dezembro de 2016), representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 2016 foi deliberado o aumento do capital social de R\$ 107.405 para R\$ 109.380, sem alterações nas ações ordinárias.

#### b) Dividendos / destinação do lucro

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em 2017 a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 78.382, o que gerou dividendos mínimos registrados no montante de R\$ 18.616. (Em 2016 a Companhia apresentou prejuízo).

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

---

### Destinação do lucro do exercício

Lucro líquido	78.382
Reserva legal (5%)	3.919
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>74.463</b>
Dividendos obrigatórios	18.616
<b>Lucro retidos a distribuir*</b>	<b>55.847</b>

\* A parcela de lucros retidos a distribuir será devidamente destinada durante o exercício 2018, mediante AGE ou AGO.

O total de dividendos obrigatórios por ação em 2017 foi de R\$ 2,29.

### c) Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 3.919 (em 2016 não ocorreu constituição de reserva em decorrência do prejuízo do período).

### d) Outras reservas

A constituição das outras reservas no valor R\$8.246 refere-se à segregação dentro do patrimônio líquido para o lucro acumulado proveniente de antiga controlada, antes de sua incorporação, ocorrida em outubro de 2011. Este resultado deriva basicamente do resultado de equivalência patrimonial anterior a esta incorporação.

## 19. Instrumentos financeiros e riscos de mercado

As operações da Companhia compreendem a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

### a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.



## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

### Risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamentos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos cenários de apreciação e depreciação de 25% e 50%, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 29 de dezembro de 2017 foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente. Com base na TJLP definida para 31 de dezembro de 2017 pelo COPOM (Comitê de Políticas Monetárias) foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente:

Fator de Risco	Risco	Saldo	Efeito na receita e despesa financeira (12 meses)			
		31/12/2017	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (-50%)	Cenário V (+50%)
<b>Ativos</b>						
CDI - Aplicações financeiras	Queda do CDI	403.912	(6.957)	6.957	(13.915)	13.915
<b>Passivo</b>						
CDI - Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	545.384	9.394	(9.394)	18.788	(18.788)
TJLP - Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	28.298	478	(478)	955	(955)
Debêntures 1ª série	Alta do CDI	100.513	1.731	(1.731)	3.463	(3.463)
Debêntures 2ª série	Alta do CDI	60.059	1.035	(1.035)	2.069	(2.069)
Debêntures 3ª série	Alta do IPCA	418.017	4.034	(4.034)	8.068	(8.068)
<b>Posição Líquida/ Impacto Líquido</b>		<b>748.359</b>	<b>9.714</b>	<b>(9.714)</b>	<b>19.428</b>	<b>(19.428)</b>
Taxas de CDI utilizada - %		6,89%	5,17%	8,61%	3,45%	10,34%
Taxas de TJLP utilizada - %		6,75%	5,06%	8,44%	3,38%	10,13%
Taxas de IPCA utilizada - %		3,86%	2,90%	4,83%	1,93%	5,79%

### Risco cambial

A Companhia possui risco cambial apenas pela exposição de conta corrente bancária em moeda estrangeira.

Fator de Risco	Risco	Saldo	Efeito na receita e despesa financeira (12 meses)			
		31/12/2017	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (-50%)	Cenário V (+50%)
<b>Ativos</b>						
Dólar - Conta corrente bancária	Queda do dólar	163	(41)	41	(82)	82
Taxa do dólar utilizada – R\$		3,40	2,55	4,25	1,70	5,10

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

### Risco de preço

A presente estrutura tarifária cobrada pelas operações portuárias não é controlada pelo Poder Concedente de forma que os riscos de queda de preços e valor de mercado são significativamente mitigados.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são como segue:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	<b>406.503</b>	613.153	<b>406.503</b>	613.153
Contas a receber de clientes (nota 5)	<b>57.194</b>	51.005	<b>57.194</b>	51.005
	<b>463.697</b>	664.158	<b>463.697</b>	664.158
Passivos financeiros				
Fornecedores	<b>35.817</b>	23.737	<b>35.817</b>	23.737
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	<b>573.904</b>	760.625	<b>573.904</b>	760.625
Debêntures (nota 12)	<b>578.589</b>	557.753	<b>578.589</b>	557.753
Contrato de concessão (Nota 13)	<b>1.749.019</b>	1.801.290	<b>1.749.019</b>	1.801.290
	<b>2.937.329</b>	3.143.405	<b>2.937.329</b>	3.143.405

### b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios mencionados.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 31 de dezembro de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

### c. Risco regulatório

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de movimentações, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. As operações da Companhia não possuem sazonalidade.

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração do porto. A Administração avalia como remota a possibilidade de um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual que prejudique as operações da Companhia.

### d. Risco de liquidez

As concentrações indicam a relativa sensibilidade do desempenho da Companhia a desdobramentos que afetam um segmento de atuação em específico.

Com o objetivo de evitar concentrações excessivas de risco, as políticas e procedimentos da Companhia contemplam orientações específicas para focar a manutenção de uma carteira diversificada. As concentrações identificadas de riscos de crédito são controladas e administradas de acordo.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	<b>Totais</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>					
Contrato de concessão (nota 13)	42.921	80.447	135.804	1.489.847	<b>1.749.019</b>
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	177.690	380.117	16.097	-	<b>573.904</b>
Debêntures (nota 12)	16.403	110.525	165.982	285.679	<b>578.589</b>
Fornecedores	35.817	-	-	-	<b>35.817</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>					
Contrato de concessão (Nota 13)	41.139	81.224	135.804	1.543.123	<b>1.801.290</b>
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	196.087	347.367	217.171	-	<b>760.625</b>
Debêntures (nota 12)	3.126	102.966	165.982	285.679	<b>557.753</b>
Fornecedores	23.737	-	-	-	<b>23.737</b>

### e. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, debêntures, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	573.904	760.625
Debêntures (nota 12)	578.589	557.753
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(406.503)	(613.153)
Dívida líquida	745.990	705.225
Patrimônio líquido (nota 18)	199.312	120.930
Patrimônio líquido e dívida líquida	945.302	826.155
Quociente de alavancagem	79%	85%

### 20. Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não possuía instrumentos diluidores do lucro.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	78.382	(8.333)
Média ponderada das ações	8.116.936	8.116.936
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (R\$)	9,66	(1,03)

### 21. Receita operacional líquida

Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 2017 e 2016:

	31/12/2017	31/12/2016
Operações de cais	326.409	290.562
Armazenagem	123.314	116.648
Outros	158.904	110.616
Total da receita bruta	608.627	517.826
Deduções da receita:		
Impostos federais	(30.129)	(23.904)
Impostos municipais	(19.352)	(16.339)
Cancelamento de serviços prestados	(2.409)	(10.678)
Total das deduções	(51.890)	(50.921)
Receita operacional líquida	556.737	466.905

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

### 22. Despesas operacionais por natureza

	31/12/2017	31/12/2016
Custos dos serviços prestados	(268.123)	(274.068)
Despesas com vendas	(965)	(999)
Despesas administrativas	(55.295)	(42.171)
<b>Total das despesas</b>	<b>(324.383)</b>	<b>(317.238)</b>
Despesas por natureza:		
Custos do serviço prestado	(59.002)	(56.028)
Despesas gerais	(33.151)	(30.079)
Amortizações e depreciações	(108.625)	(126.026)
Despesas com pessoal	(75.227)	(65.361)
Despesas com combustível	(10.599)	(9.042)
Despesas com manutenção	(15.745)	(13.368)
Energia elétrica	(22.798)	(19.446)
Provisão/perda devedores duvidosos	764	2.112
<b>Total das despesas</b>	<b>(324.383)</b>	<b>(317.238)</b>

### 23. Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos sobre o contrato da concessão	(50.838)	(80.885)
Despesas bancárias e descontos concedidos	(6.327)	(3.251)
Juros s/empréstimos	(71.500)	(109.986)
Juros s/ debêntures	(67.282)	(10.684)
Variação cambial / monetária	(547)	(4.885)
Pis/Cofins sobre receita financeira <sup>(1)</sup>	(15.547)	(895)
Custo das debêntures	(7.558)	(1.260)
Outras	(5.222)	(2.241)
<b>Total</b>	<b>(224.821)</b>	<b>(214.087)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicação financeira	43.618	17.514
Variação cambial ativa	596	720
Juros recebidos	271	463
Juros ativos	4.489	11.347
Juros s/mútuo	336	-
Variação sobre o contrato da concessão	60.787	539
Outras	26	32
<b>Total</b>	<b>110.123</b>	<b>30.615</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(114.698)</b>	<b>(183.472)</b>

<sup>(1)</sup> A Companhia impetrou mandado de segurança em 10 de novembro de 2015, objetivando o direito ao crédito do PIS e COFINS sobre suas despesas financeiras, bem como o direito de se apropriar do crédito referente aos últimos cinco anos anteriores a propositura da demanda, tendo em vista que o princípio da não cumulatividade (art. 195, §12 da CF) garante créditos sobre os insumos essenciais para a manutenção da atividade produtiva (art. 3, II das Leis 10.637/02 e 10.833/03). Pela Juíza de Primeiro Grau foi proferida sentença concedendo em parte a segurança, determinando que a autoridade impetrada outorgasse o direito ao crédito de PIS/COFINS sobre as despesas financeiras a partir da vigência do Decreto n. 8.426/15. Contudo, em fevereiro de 2017, fomos intimados acerca do julgamento pelo TRF-4, o qual entendeu por improcedente o pedido de autorização para a dedução de créditos das despesas financeiras, devendo ser dado provimento à apelação e à remessa oficial para reformar a sentença e denegar o presente mandado de segurança. Em virtude deste fato, o TCP procedeu ao pagamento dos valores devidos, que foram utilizados no período de vigência da liminar, em 20 de março de 2017, no valor total R\$14.062.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

### 24. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Recuperação de despesas (PIS/COFINS)	<b>11.080</b>	17.512
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	<b>436</b>	1.769
Recuperação de despesa (ISS/INSS)	<b>651</b>	416
Baixa de depósitos judiciais	<b>(4.260)</b>	(780)
Outras	<b>1.094</b>	933
Acordo trabalhista OGMO <sup>(1)</sup>	<b>(10.023)</b>	319
	<b>(1.022)</b>	20.169

<sup>(1)</sup> Em 12 de janeiro de 2017 a Companhia firmou acordo coletivo com o CONFEPAR – Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos do Paraná. Com este acordo renunciam-se os direitos relacionados ao trabalho avulso passando os colaboradores portuários a ter o TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A, como seu único e exclusivo empregador. Assim, os mesmos não integram o sistema OGMO e nele não poderão ingressar em razão do contrato de emprego mantido com a Companhia. Em virtude da mudança no modal contratual, caracterizada pela transição da mão de obra avulsa para vinculada, o TCP compromete-se a pagar indenizações a título de danos materiais e morais, para cada trabalhador portuário avulso pertencente à atividade de conferência de carga e descarga, com cadastro/registro ativo no OGMO/PGUÁ. Com o recebimento dos valores previstos os trabalhadores portuários avulsos dão, individualmente, plena e geral quitação, para nada mais reclamar em qualquer foro ou instância. A opção pelo acordo é irrevogável e irretroatável.

### 25. Seguros

Em conformidade com o Contrato de Arrendamento do Terminal Portuário, o TCP contratou Seguro de Operador Portuário para garantir danos, indenizações e custas processuais em relação ao desenvolvimento das atividades pertinentes ao arrendamento. O seguro possui valor de até US\$25 milhões, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado.

#### Objeto da apólice

Garantia de indenização, até o valor fixado na Apólice, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador referente às obrigações assumidas no Contrato de Arrendamento nº 020-98 e Primeiro ao Décimo Primeiro Termos Aditivos ao referido Contrato, para o arrendamento, a implantação, a administração e exploração do Terminal de Veículos e Contêineres no Porto de Paranaguá, destinado à movimentação e armazenagem de veículos automotivos e contêineres, conforme Cláusula Primeira - Objeto do referido Contrato.

Além disso, a Companhia possui um Seguro Garantia para garantir os pagamentos das parcelas fixas e variáveis no valor de até R\$20,9 milhões para garantir eventuais contingências judiciais na esfera tributária a empresa possui seguro com valor de cobertura no montante de R\$ 193 milhões, com vigência até 3 de junho de 2019.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

---

### **Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras**

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, elaboradas pela Administração da Companhia.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2018.

Luiz Antonio Rodrigues Alves Filho

*Diretor Presidente*

Alexandre Rubio Teixeira Pinto

*Diretor Financeiro e de Relação com Investidores*

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

---

### **Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes**

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2018.

Luiz Antonio Rodrigues Alves Filho

*Diretor Presidente*

Alexandre Rubio Teixeira Pinto

*Diretor Financeiro e de Relação com Investidores*